

Como “expulsar o camponês” do proletário

Maria Aparecida de Moraes Silva*

“... O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inápto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas, lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos, em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”.

(Foucault, M. – Vigiar e Punir)



Foto: Arquivo CEM

INTRODUÇÃO

Neste texto¹, nosso objetivo, será o de apreender os camponeses² migrantes não como mera força de trabalho pronta, massa transformada, massa isomorfa para o capital. Busca-se a rejeição da passagem imediata da condição camponesa para a de proletário, como se se tratasse de um passe de mágica imposto e determinado pelo capital. Mesmo que, teoricamente, as unidades camponesas venham a “funcionar” como exército de reserva para esta agricultura capitalista, há que se considerar que a mutação do camponês em força de trabalho, logo, a mutação em trabalhador alienado, em tempo de trabalho, insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis. O tempo de trabalho, a generalização do trabalho abstrato são partes da estrutura do capital. Portanto, a coisificação do homem não obedece a uma mecânica linear. Ela assume características específicas nas distintas formações sociais.

A “Acumulação primitiva” de “O Capital” reflete, além do caráter histórico do processo de transformação do camponês em proletário, as lutas e resistências dos expropriados, tanto a nível individual, como social. A punição severa, o suplício, a morte, foram mecanismos produzidos pelos aparatos do Estado afim de garantirem a força de trabalho adestrada às manufaturas inglesas. O corpo fora o alvo privilegiado da Legislação Sangüinária.

Aos poucos, sucederam-se às atrocidades, formas mais amenas de controle e disciplina. Foucault, em **Vigiar e Punir** mostra como esta passagem foi se dando. “Vozes sem rosto, entidades impalpáveis, realidade incorpórea” apareceram na cena do cotidiano dos trabalhadores. Assiste-se, desde os séculos XVIII e XIX a uma verdadeira purificação desses métodos, onde o controle, o esquadramento assumem contornos específicos no interior de uma rede de poder, que não necessariamente, apenas emana do capital e/ou do Estado. Criam-se e recriam-se canais novos e renovados através dos quais a normatização dos



Foto: Arquivo CEM

corpos vai se delineando segundo regras, disciplinas do poder constituído das relações capitalistas.

– AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO LUGAR DE ORIGEM

Nossa tentativa é o repensar constante da realidade estudada, manifesta através não do contato distanciado entre objeto e sujeito de investigação, mas da preocupação em descer um pouco mais, distanciar da superfície desta realidade e lá encontrar homens dotados não apenas de força física, natureza orgânica, como também de sentimentos, de dor, de angústia, de medo, de capacidade de subserviência, de resistência. Procuramos afunilar o (re)conhecimento desta realidade, tentando entendê-la no seu gargalo onde se produzem e se reproduzem as micro condições necessárias à conversão de camponeses do Vale do Jequitinhonha/MG em trabalhadores na agro-indústria açucareira. Em outros termos, procuramos entender como a Usina consegue transformar milhares de mineiros, inseridos em relações não capitalistas de produção, em força de trabalho disciplinada durante 6 ou 7 meses ao ano, a partir da constituição real e material da sujeição e das últimas ramificações do poder.

Entendemos que este poder³ não se resume ao poder da Usina e do Estado através de seus organismos jurídicos e repressivos. Ele é mais que isso. Ele não possui apenas aspectos negativos, mas também positivos que se ligam

primordialmente ao aprimoramento e adestramento do corpo.

Assim sendo, a alienação, a coisificação do homem, sua transformação em tempo de trabalho, só podem ser entendidas no bojo de um processo histórico, marcado por marchas e contramarchas resultantes de uma dinâmica onde o homem não é apenas produto, mas produtor da sociedade, sujeito dotado de objetividade e de subjetividade.

A exposição que se segue tentará mostrar esta tendência. Não se trata de não ver as contradições, as lutas. Ao contrário, elas contituem o substrato de todo este processo de transformação. O próprio conceito de **acontecimento** em Foucault, reporta ao fundamento de sua análise sobre o poder. Ou seja, o acontecimento supõe “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado... uma dominação que se enfraquece, que se distende, se envenena e uma outra que se faz sua entrada, mascarada”(1).

As lutas sociais desenvolvidas pelo conjunto dos trabalhadores bóias-frias nesta região, na qual houve a participação de mineiros do Vale, nestes últimos anos, constituem-se em elementos fundamentais na reconstrução dos mecanismos de controle e de poder sobre estes trabalhadores. A presença de sindicatos organizados, não pelegos tanto lá como cá, a ação da C.P.T. (Comissão Pastoral da Terra) e S.P.M. (Serviço Pastoral dos Migrantes) contribuíram para garantir melhores condições de salário, de moradia e de trabalho. Todavia, a materialidade da sujeição à Usina aprofundou-se, revestiu-se de uma nova roupagem. Por detrás do registro em carteira, dos melhores salários, das boas condições de moradia nos alojamentos, da assistência médico-hospitalar, ergue-se uma pirâmide de controle disciplinar destinada à garantia de um aumento de produtividade através da construção da figura do **cortador de cana**, peça fundamental de um trabalho cooperativo, dividido no interior da Usina⁴. Constrói-se um perfil de trabalhador rural da Usina.

Antes de mostrarmos a efetividade desta criação, vejamos, resumidamente, já que uma análise mais aprofundada fugiria dos limites deste texto, quem são, como são estes camponeses lá.

Inserem-se em relações não capitalistas de produção. São proprietários de uma ínfima parcela de terra, plantam para a subsistência, comercializam os excedentes, quando os possuem, nas feiras locais, através da troca simples de mercadorias, onde o dinheiro funciona como intermediário da troca. Em virtude da terra não lhes assegurar a sobrevivência, são obrigados a migrar. Alguns migram definitivamente. Muitos (homens, mulheres,⁽²⁾ jovens, crianças) migram temporariamente. Migração temporário-circular, nem lá, nem cá⁽³⁾. São andorinhas, como eles próprios se auto-definem. Este processo não é recente. Através de um levantamento histórico-familiar abrangendo perto de 800 pessoas, pudemos observar que esta migração ocorre desde as décadas 1940 e 1950, seguindo os ciclos do café, algodão em São Paulo, café no norte do Paraná, mais recentemente a cana e o café em São Paulo. Ao nível das representações, esta migração se lhes impõe como um processo natural. "Aqui o pessoal vai para São Paulo, desde que eu me entendo por gente". Vir para São Paulo é algo imposto. Vêm, porque "caso contrário, morrem de fome". Vêm porque "lá não tem jeito".

No entanto, é a partir da década de 1970, que esta migração temporário-circular intensifica-se em virtude da aceleração do processo expropriatório

no Vale imposto pelas grandes Companhias Reflorestadoras e pela concentração da propriedade da terra nas mãos de grandes fazendeiros⁽⁴⁾ e pela exploração da agricultura canavieira associada ao processo de industrialização da agricultura como um todo em São Paulo, processo que passou a requerer grande quantidade de mão-de-obra, sobretudo, na colheita.

A migração de mineiros canalizou-se para as áreas da cana e café, prioritariamente, a ponto da Usina⁵ empregar quase que exclusivamente mineiros no corte da cana e no interior da indústria. Dos 3.200 trabalhadores contratados para a safra 88, 3.000 eram mineiros. A maioria, segundo as informações da Usina, era de camponeses com terra.

Aqui uma questão se nos colocou. Por que a preferência por mineiros? A resposta fornecida foi "os mineiros rendem mais, produzem mais, não criam casos como o pessoal daqui da cidade". "Vêm aqui para trabalhar".

Tal resposta poderia induzir-nos à concepção de uma força de trabalho já adestrada no seu lugar de origem. No entanto, se são camponeses independentes, isto supõe um grau de autonomia prevalecente nas relações de trabalho⁽⁵⁾ contrário à heteronomia das relações capitalistas. Na unidade camponesa, não são movidos pela ordem do tempo, enquanto tempo de trabalho. O tempo⁽⁶⁾ que os regula é

o do ciclo das culturas agrícolas e apropriam-se do fruto do seu próprio trabalho. Regem-se pelo domínio do trabalho concreto. A terra é um meio da garantia da subsistência. O corpo não se resume à mera força de trabalho. Ele é parte de uma totalidade na qual interferem a terra, os recursos naturais, os meios de trabalho, os outros homens, a família, a comunidade, a festa, a religião, os valores espirituais. Aí, pode-se dizer que não há a individualidade do homem. Cada um é parte de um todo, onde sujeito e objeto, homem objetivado acham-se imbricados numa relação estreita, complementar, desalienante. Há um todo. Forma-se uma indivisibilidade. A atividade humana se realiza quando há "precisão" de carpir, de plantar, de colher. O trabalho não se coloca como antagônico em relação ao homem, não há necessidade de superar a propriedade da terra, porque esta não se lhe apresenta na sua forma privada, capitalista, exteriorizada, mas como propriedade pessoal, necessária à sobrevivência.

O conhecimento dessa realidade mostra o enorme fosso que separa estes camponeses das formas de organização de trabalho na Usina. Como então adaptá-los, a ponto de preferirlos?

A fim de facilitar a exposição, mostraremos que este preparador, esta moldagem, é bastante complexa, atingindo três níveis: o mercado de trabalho, o espaço produtivo e o espaço reprodutivo. Trataremos cada um desses níveis em separado, a nível de análise, muito embora, eles acham-se estritamente vinculados, fazendo parte de uma mesma unidade.

- O MERCADO DE TRABALHO

No passado, a migração, segundo os informantes, era feita de forma aleatória. Aqueles que precisavam, vinham, procuravam trabalho nas áreas onde "havia serviço", ficavam um tempo determinado, depois voltavam. Aos poucos, com a regularidade dessa migração, surge a figura do "gato", do intermediário entre os patrões e os migrantes. Atualmente, dentro da estrutura organizacional da Usina, a figura do "gato" metamorfoseou-se na do "agenciador", do "encarregado" da Usina para agenciar

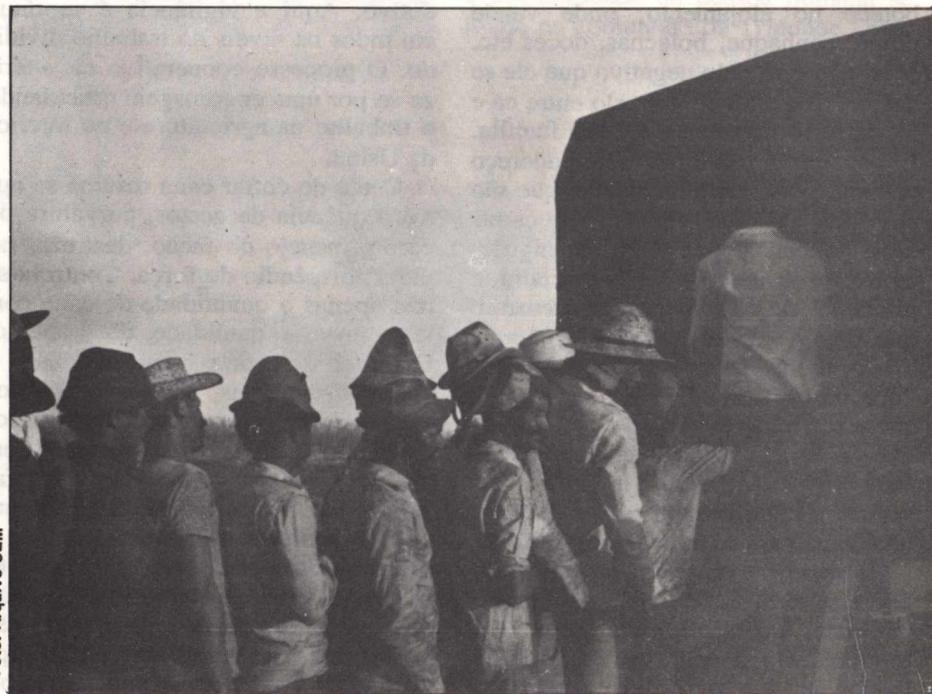


Foto: Arquivo CEM

força de trabalho. A conservação desse elemento seguida da transformação da denominação revela uma mudança importante nas relações de trabalho, marcada pela onipresença da Usina em todas as esferas, não mais permitindo que seus trabalhadores fossem extorquidos por estes intermediários. Cria-se uma função específica, a do agenciador, empregado da Usina. Muda-se a denominação, não o personagem. A roupagem nova do agenciador encobre os atributos pessoais e funcionais que tinha no momento anterior. É um elemento importante no mascaramento dos mecanismos de controle disciplinar presentes na estrutura de poder da Usina. A análise de suas funções mostra um velamento — desvelamento contínuo. Acompanhamos suas representações.

Num primeiro momento, recebe da Usina a incumbência de agenciar uma cota x de trabalhadores. No Vale, esta cota refere-se a um número x de cabeças. O arrebanhamento das cabeças não obedece a critérios quantitativos. Levam-se em conta: categorias de sexo (mulheres não são aceitas); de idade (jovens entre 20-35 anos); de moralidade (os que não criam “encrencas”); de assiduidade (os que vão para trabalhar). Este crivo é feito através de uma rede de relações que escapa ao controle da Usina, mas não ao do agenciador, manifesta através de seu (re)conhecimento de todos, ou através de seus delegados tais como: donos de armazéns e de botecos instalados nos inúmeros povoados da extensa área rural do Vale. Estes (re)conhecem os “bons” e os “maus”, aqueles que pagam as contas, mesmo com juros extorsivos. O papel do agenciador é, primeiramente, percorrer os povoados, “dar a notícia” nos botecos e armazéns, fixar o número de cabeças, local e data de partida. Salário, preço de passagem, às vezes, local de trabalho, não são informados. No dia combinado, num ônibus, fretado pelo agenciador, inicia-se a viagem até o local de trabalho. Neste momento, estabelece-se uma cadeia de dependência pessoal dos camponeses ao agenciador: empréstimo de dinheiro para deixar com a família, até o primeiro pagamento, ou mesmo para as despesas ocorridas durante a viagem. Este empréstimo é descontado, juntamente com outros, como por exemplo, a



Foto: Arquivo CEM

compra de carteira de trabalho para menores de 18 anos, nos primeiros pagamentos⁶. Juros cobrados, preços de passagens e de carteira são fixados por ele, os camponeses não sabem, de antemão, o quanto vão ser estes valores. “Ele não fala pra nós”. Só quando vem descontado é que a gente sabe. Nós assina o cheque, ele desconta, tira a parte dele e dá o resto pra nós.”

No entanto, suas atividades não param aí. Não se trata apenas de agenciar as cabeças. Após a chegada, duas ou três vezes por semana, percorre os alojamentos para “ver se não há problemas, se está tudo em ordem, se não tem coisa errada”. Verifica se todos estão trabalhando, se há problemas em virtude de bebedeiras, muito embora, chega, em alguns casos, a manter um boteco no alojamento, onde vende pinga, conhaque, bolachas, doces etc. Mas, não é só pelo negativo que ele se define. Constitui-se num elo entre cá e lá, entre os camponeses e sua família. É por seu intermediário, seu endereço pessoal, pois, mora na cidade, que são enviadas ou que chegam as cartas e/ou notícias de cá e lá. Se alguém morre, o elemento a ser contactado, a priori, é ele. Também é o elemento que além de vigiar, de olhar, “levanta o moral da turma”, “que anima”, “que dá esperança”, “que sempre diz que a safra logo acaba, e logo estarão com a família”. É o animador. É o “quebrador de galhos” quando “consegue” a carteira para os menores, ou uma vaga para os excedentes da cota.

Trata-se de um elemento ambíguo. Sua trajetória é a de um ex-camponês migrante, trabalhador da Usina. Auto-representa-se como um ótimo trabalhador que fez sacrifícios, que econo-

mizou e que “subiu” na vida graças ao trabalho árduo e honesto. Mineiro, necessariamente. Homem de confiança da Usina. Figura a ser imitada. Bom exemplo. Suas funções perpassam o nível do mercado de trabalho e do espaço reprodutivo. Olha, dá conselho, evita encrenca, controla a bebida. Por seu intermediário, pode haver ou não garantia de trabalho na próxima safra. Não é um elemento que castiga. Contribui para a normalização, para a moldagem destes homens transformados em corpos para o trabalho, só para o trabalho.

— O ESPAÇO PRODUTIVO

Vimos, que já na esfera do mercado de trabalho, processa-se uma diferenciação que se completará no ato produtivo. Aqui a vigilância é contínua em todos os níveis do trabalho dividido. O processo cooperativo caracteriza-se por uma engrenagem articulando o trabalho na agricultura e no interior da Usina.

O ato de cortar cana resume-se numa sequência de gestos, curvatura do corpo, manejo do facão, destreza, rapidez, dispêndio de força. Controla-se não apenas a quantidade de cana cortada, mas a qualidade do trabalho. Exige-se um corte rente ao chão, o aparar das pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de uma forma combinada: corta-se, joga-se, fazem-se vários montes. No final da rua, volta e aparar-se as pontas. Reifícia o processo nas outras 5 ruas, até vencer o “taião” (talhão-parte). O trabalho do cortador combina-se àquele do seu precedente, desenvolvido pela equipe do fogo e aos dos seus sucessores bi-

tuqueiros, sinalizadores, aparadores⁷, carregadores, transportadores. Todos estes trabalhos combinam-se, por sua vez, àqueles da parte industrial, desde o descarregamento, controle de sacarose, moenda, pausterização, aquecimento, evaporação, centrifugação, no caso do açúcar e a fermentação, centrifugação, destilação, no caso do álcool. A quantidade de cana cortada é determinada pela indústria. Em virtude da cana não poder ultrapassar as 72 horas sem ser moída, sob pena de perder o teor de sacarose, tem-se que a intensidade do trabalho na parte agrícola é também determinada pela parte industrial.

O controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado, não escolhido entre os mineiros: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade diária de cana cortada por trabalhador. Forma-se, assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. Esta combinação ocorre graças aos mecanismos de controle criados no próprio processo de trabalho. Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma disciplina cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão combinado à postura curvada do corpo e à agilidade dos braços permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Af, completa-se a fase do "treinamento" do corpo. Desaparecem as dores da coluna, "a gente acostuma". O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em auto-controle, deixando de ser um controle de atos, para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", daquele que corta entre 10 a 15 toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média, sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. "É pelo jogo desta quantificação... os aparelhos

disciplinares hierarquizam numa relação mútua, os "bons" e os "maus" indivíduos. Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor"(7).

Este controle disciplinar onipresente, visível, é apenas parte de uma rede de controle disciplinar produzida fora do espaço produtivo. A "figura" do "bom" e do "mau" cortador de cana é produto de cálculos e pesquisas de engenheiros e médicos, cujo objetivo é construir um perfil delineado segundo categorias analíticas e quantificáveis tais como idade, peso, estado civil, número de consultas médicas, cor.

Na safra de 85/86, o perfil dos 20 primeiros que mais cortaram cana, apresentava-se assim, na Usina investigada:

- a) quanto à idade. Entre 19 e 29 anos: 16 trabalhadores, ou seja, 80%; os demais (4) inseriam-se na faixa entre 30 e 35 anos.
- b) quanto ao estado civil. 14 eram solteiros, ou seja, 80%; os demais (6) eram casados.
- c) quanto à cor. (4), ou seja, 20% eram mulatos; (7), ou seja, 35% eram negros, perfazendo um total de 55%; os demais (9) eram brancos.
- d) quanto ao peso. Entre 60-65 kg, 14 trabalhadores, ou seja, 70%. Entre 66-67 kg, 5 trabalhadores. Apenas 1 apresentava-se com um peso superior a 67 kg: 75.
- e) quanto à consulta médica: 6 deles realizaram consultas durante a safra e 1 deles realizou 4 consultas.

A presença do médico não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade. Os corpos chagásicos, os fracos, os velhos, os muito jovens, não vão para o corte. Destinam-se por ordem médica, às outras funções: faxineiros, cozinheiros, membro da equipe do fogo, sinalizadores, ajudantes no interior da indústria. O saber médico recomenda através de testes de ergonomia, psicológicos, físicos, a melhoria dos recursos humanos à disposição da Usina para a consecução da formação de

corpos bem treinados, disciplinados para o trabalho.

Estabelece-se, deste modo, um instrumento de medida de controle físico, orgânico, psico-social, moral, impregnado de valores ideológicos (burgueses e individualistas) tais como: crença na justiça, tendência ao "bom mo-cismo", "crença na interferência do próprio destino", princípios de "lealdade, honestidade", "capacidade de adiar recompensas", "auto-estima"⁸. Estes mecanismos são necessários ao bom funcionamento do corpo não só no momento do consumo da força, da energia, mas sobremaneira, como pré-disposição para o dispêndio desta força e energia.

Tudo se passa como se fosse um comando único, surgindo do próprio indivíduo, não exteriorizado. Fiscais, guardas, encarregados, técnicos e engenheiros de segurança, médicos, enfim toda a hierarquia de controle do poder constituem-se numa "pirâmide de olhares", onde não se visa a punição. "Aqui não se manda ninguém embora. A gente conversa, mostra o certo, dá conselhos. Mandar embora só em último caso" (técnico de segurança da Usina). Visa-se o aprimoramento, o perfil ideal de um trabalhador ideal, fragmentado para tarefas fragmentadas, obediente, dócil, heterônomo, longe do camponês do Vale. Buscam-se, no interior de cada segmentação, a conformidade, a aceitação de regras. Vai-se gestando um espécie de violência doce, ingrediente necessário neste processo de ajustamento do corpo e da alma(8).

- O ESPAÇO REPRODUTIVO

As técnicas disciplinadoras estendem-se à esfera reprodutiva dos 14 alojamentos distribuídos pela área da Usina, perfazendo um total de 3.200 homens, empregados na safra de 88. Alguns são antigas sedes de fazenda de café, remodelados para este fim. Outros, construídos recentemente, têm capacidade para alojar 200, 300, 500 e até 800 homens.

Em todos eles, há uma preocupação comum traduzida num conjunto de normas disciplinares do corpo e da conduta. Normas relativas à higiene, à limpeza articulam-se às proibições manifestas através dos jogos de baralho (o único permitido é o jogo de

tômbola), do ato de trazer garrafas de pinga para os quartos, o que possibilita escondê-las no meio do canavial, do ato de estender roupa nas portas e às normas relativas à conduta tais como ser cordial, honesto, assíduo ao trabalho, obediente aos horários.

O controle disciplinar é realizado, no plano imediato, por três "guardas", mineiros, migrantes camponeses como os demais, que se revezam em três turnos de trabalho durante as 24 horas do dia. Os "guardas" possuem as funções de "dar conselhos, olhar tudo: coisas, pessoas, chamar a atenção de quem estiver errado". Se sumir alguma coisa, "o "guarda" é responsável". "A ordem que a gente tem aqui é essa: ninguém pode ficar doente. A gente tem que comunicá. O "guarda" evita briga, dá conselho, não deixa levá arma para o quarto, é para isso". (José, "guarda" do Alojamento A.D. da Usina).

Os critérios de escolha do "guarda" não passam pela qualidade do corpo, enquanto força física. Ao contrário. São, em geral, aqueles impossibilitados para o trabalho do corte, por motivos de saúde. O critério é o "conhecimento" dele pela Usina. Pessoa de confiança da Usina. Ex-trabalhador, bom trabalhador. Não usa armas, nem qualquer outro instrumento

repressivo. Apenas o quepe o diferencia dos demais, externamente. Além da vigilância contínua sobre coisas e pessoas, o "guarda" "tem a obrigação" de "comunicá tudo" aos técnicos de segurança. Dispositivos de comunicação, tais como os rádios, instalados nos Alojamentos e nos carros dos técnicos, através de uma comunicação centralizada aliados ao registro diário do volume e cana cortado e afixado na entrada do Alojamento dão conta do desempenho de cada um, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo. O registro é feito através dos números correspondentes a cada trabalhador pois são numerados.

O controle moral é também exercido através da proibição de se levar mulheres ao alojamento. "Se querem nomarar, precisam ir à cidade. É difícil, quase não saem. Não vêm aqui pra isso. Vêm pra trabalharem" (técnico de segurança).

A figura do "guarda", assim como a do agenciador, é uma criação da estratégia do poder da Usina. Na verdade ele não é guarda, transforma-se em "guarda", investido de poderes de olhar e comunicar. Da mesma forma que vigia, é vigiado pelos seus superiores, os técnicos de segurança. É um elemento importante na dissimulação do poder, na medida em que é mineiro

como os outros. No entanto, ao ser investido de certos poderes delegados pela Usina, diferencia-se dos demais, individualiza-se no personagem "guarda" e só termina a representação no final da safra, quando retorna à sua antiga condição de camponês migrante. A volta à terra significa o retorno ao pertencimento comum, o final da individualização. Mas isto é apenas, temporariamente.

Um outro elemento importante é a análise da arquitetura do alojamento e o espaço onde ele se insere, espaço da Usina; cercado pela cana por todos os lados, unidade combinada, fruto de uma verdadeira "tecnologia política" que pode ser vista sob vários ângulos.

De certo, o isolamento espacial, longe da esfera tumultuada das cidades-dormitórios é um componente da desestabilização política do conjunto dos movimentos dos trabalhadores bóias-frias da região. Por outro lado, o isolamento impede ou dificulta a criação de uma sociabilidade com as pessoas do lugar. "Em São Paulo, a gente não conhece ninguém. É só nós mesmo. Se a gente vai à cidade é pra mandá dinheiro para família ou comprá alguma coisinha" (José, mineiro). Com isso, o tempo de lazer restringe-se infinitamente: assistir à televisão no alojamento aos domingos e depois do jantar, jogar tômbola ou futebol no campo construído ao lado do alojamento. Tempo é concebido como tempo de trabalho. "Eles vêm aqui para trabalhar".

Espaço da Usina, paisagem de cana, espaço da cana, alojamento, confundem-se numa coisa só. Natureza, homem, matéria-prima acham-se numa relação de pertencimento global à Usina. Espaço, natureza, homens moldados por ela. Antes, uma multidão de camponeses vindos dos povoados, das "morradas", das grotas. Agora, uma coleção de indivíduos numerados, separados. Cada qual se prende a seu lugar. Não se profbe a saída, mas, "a gente não sai". Individualidades que se comunicam entre si através dos "guardas", encarregados, técnicos, ou seja, os representantes do poder da Usina.

Entretanto, esta "tecnologia política" pode ser vista também sob o ângulo da própria arquitetura do alojamento cuja forma quadrangular abriga quartos com capacidade para 4 ou



Foto: Arquivo CEM

6 pessoas. No pátio central, outro conjunto quadrangular dispendo quartos, banheiros, tanques, cozinha, despensa, refeitórios. A arquitetura, do ponto de vista interno possibilita um controle articulado e detalhado de todos: os doentes, os faltosos, os bêbados, os que foram à cidade, os que estão trabalhando nos turnos noturnos. Os "guardas" percorrem todo o espaço interno, olhando, conversando, dando conselhos, registrando, comunicando. É uma arquitetura que permite "agir sobre aquele que abriga".

A arquitetura do alojamento resume-se no efeito-utilidade; local de recomposição das energias, das forças, local para dormir, comer, descansar. Tudo o que possa quebrar esta normalidade é evitado, anulado. A submissão aos horários; ao silêncio enquanto outros de turnos diferentes dormem; ao uso do banheiro ao invés de defecar no meio da cana; ao banho de chuveiro sem portas, para ser rápido, não ficar muito tempo enquanto outros esperam; à comida "sem os temperos da casa da gente"; constitui, juntamente com a normalização no espaço produtivo e com o controle difuso do mercado de trabalho, as bases sobre as quais assenta-se uma rede disciplinar que aumenta as forças do corpo, ao mesmo tempo que retira o poder deste corpo, expulsando, assim, o camponês do proletário.

O tempo dos barracões, dos gatos, dos salários vis foi substituído pelo dos alojamentos bem construídos, limpos, pelos agenciadores, pelos melhores salários. Os mineiros passam a produzir mais que o pessoal da cidade. Eles são preferidos. Por detrás desta "funcionalidade" fica uma pergunta. O capital conseguiu alienar estes camponeses? A resposta foi-me dada, por Antonio, do acampamento A.D. "Aqui a gente ganha dinheiro, tem tudo no alojamento, mas ninguém quer ficar aqui. A cabeça fica muito desorientada. Sempre pensando lá, na família que ficou, que não veio". Neste momento, percebemos seu olhar distanciando-se através da cana, como se quisesse ver além dela.

* (Maria A. Moraes Silva é Professora junto ao Depto. de Sociologia da F.C.L. - UNESP. Araquara-SP)



Foto: Arquivo CEM

NOTAS

- 1 - Faz parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo com camponeses(as) migrantes do Vale do Jequitinhonha/MG cujo destino é a agricultura capitalizada (cana, café) da região de Ribeirão Preto/SP.
- 2 - A denominação de camponês que estamos utilizando baseia-se na concretude das relações dos homens com a terra e dos homens entre si, tais como existem no Vale, a saber:
 - a) possuidores ou proprietários de pequenas glebas
 - b) pequenos parceiros
 - c) diaristas ("cacaieiros") que já perderam terras e vivem nos povoados. Conservam o "espírito camponês" de ligação com a terra e o lugar.
- 3 - Este conceito está estruturado basicamente nas obras **Vigiar e Punir, Microfísica do Poder e a Vontade de Saber**. Foucault apresenta as precauções metodológicas necessárias à análise do poder. "Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das Ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. É preciso estudar o poder fora do modelo do levitã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estadual. É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação". Foucault, M. Soberania e Disciplina. In *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. R.J. Ed. Graal, 4ª ed., 1984, pg. 186.
- 4 - As informações que se seguem são frutos de nossa investigação referente a apenas uma Usina da região de Ribeirão Preto, responsável por uma produção de 1,2 milhões de litros de álcool e 20 mil sacas de açúcar diários, possuindo 25 mil ha de terras próprias e 15 mil ha arrendados em 1988.
- 5 - Referir-nos-emos à Usina, sem especificar seu nome.
- 6 - Em geral, os pagamentos são feitos semanalmente.

- 7 - **Bituqueiros**: os que recolhem os restos de cana deixados pelas carregadeiras; **Sinalizadores**: os que, munidos de uma bateria emitem sinais, durante a noite, para orientar os caminhões que transportam a cana; **Aparadores**: os que aparam as canas que saem fora das grades dos caminhões.
- 8 - Informações obtidas a partir de um projeto de pesquisa sobre a "Determinação do perfil do trabalhador rural da Usina...".

BIBLIOGRAFIA

- (1) Foucault M. Neetsche, **A Genealogia e a História**. In *Microfísica do Poder*. op. cit. pg. 28.
- (2) Silva, M.A.M. **A Migração de Mulheres do Vale do Jequitinhonha para S. Paulo. De Camponesas a Proletárias**. Travessia nº 1, 1988.
- (3) Silva, M.A.M. **As Andorinhas Nem Cá, Nem Lá**. Audio-Visual. CEDIC - UNESP Araquara, 1989.
- (4) Moura, M.M. **Os Deserdados da Terra**. Ed. Bertrand Brasil, R.J., 1988.
- (5) O mesmo não ocorre com aqueles inseridos em relações de parceria, de agregados, e posseiros das grandes fazendas. Confira a este respeito Moura, M.M. **op. cit.** e Engenheer, S.C.F. **A Pequena Produção e o Trabalho Feminino no Alto Jequitinhonha**. In *Trabalhadoras no Brasil*. Ed. Brasiliense, S.P. 1982, pgs. 135-162.
- (6) A respeito do tempo concebido diferenciadamente ver Lefebvre, H. **La Critique de la Vie Quotidienne**. L'Arche Editeur, Vol. II, Paris, 1961, pág. 52 e ss. Sobre a regulamentação do tempo no início do capitalismo industrial, ver Thompson, E.P. **Tiempo, Disciplina de trabajo y Capitalismo Industrial**. In *Tradicion, Revuelta y Conciencia de Classe*. Editorial Crítica, Barcelona, 1979, 239 e ss.
- (7) Foucault, M. **Vigiar e Punir**. 2ª edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1983, pgs. 161, 162.
- (8) Sobre o conceito de **Violência Doce**, ver Bourdieu, P. **Les Modes de Domination**. In *Actes de la Recherche*, nº 2/3, juin, 1976, págs. 122-132.